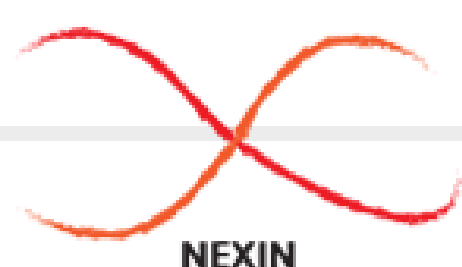


Expressões

da

Pandemia

Vol. 4



NEXIN

Realização Científica:

O Boletim "Expressões da Pandemia" é uma realização do Núcleo de Pesquisa Dialética Exclusão/Inclusão Social (NEXIN/PUC-SP/CNPq), liderado pela Profa. Dra. Bader B. Sawaia, em parceria com o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ambientes Amazônicos (NEPAM/UFAM/CNPq), liderado pelo Prof. Dr. Renan Albuquerque.

Organizadores:

Bader B. Sawaia
Renan Albuquerque
Flávia R. Busarello
Juliana Berezoschi

Editoração e Identidade Gráfica:

Juliana Berezoschi

Revisão Técnica:

Renan Albuquerque

Os escritos são compilados por pessoas participantes, parceiras e apoiadoras do Nexin e do Nepam. A publicação será semanal durante a pandemia da covid-19.

Dados do Nexin:

O Núcleo de Pesquisa Dialética Exclusão/Inclusão Social (NEXIN) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) tem como líder a Profa. Dra. Bader B. Sawaia e atualmente está composto por discentes de mestrado, doutorado e pós-doutorado, bem como pesquisadores associados. O NEXIN é um espaço de reflexão e investigação psicossocial permanente, onde são desenvolvidos estudos sobre desigualdade social, com ênfase na servidão humana e na potência de ação emancipadora em diferentes contextos sociais e históricos brasileiros.

www4.pucsp.br/nexin/, facebook.com/nucleonexin, instagram@nucleonexin

Dados do Nepam:

O Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ambientes Amazônicos (NEPAM) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) tem como líder o Prof. Dr. Renan Albuquerque e atualmente está composto por discentes de graduação, mestrado e doutorado, além de pesquisadores associados. O NEPAM estuda as dinâmicas e interações dos povos amazônicos em seus diferentes modos de vida no bioma tropical.

www.facebook.com/nepamufam

APRESENTAÇÃO

9º semana de quarentena

O "Expressões da Pandemia - vol. 4" inicia suas reflexões perguntando: por que a cidade de São Paulo emudeceu na última semana?

O panelaço, que tanto nos entusiasmou, calou, assim como os aplausos. Raramente uma ou outra homenagem silenciosa acontece em agradecimento aos trabalhadores da saúde. Por outro lado, o barulho e a violência se manifestam aos domingos, em frente ao Palácio da Alvorada, contra as instituições democráticas, sob o olhar do chefe da nação.

Enquanto isso, aos que perduram na quarentena, o tempo em frente às telas aumenta, seja da televisão ou do celular, com opções de lives de músicas, conselhos e exercícios que se tornam alternativas/fugas em meio à cotidiana vivência do isolamento. E, nessa desordem, notícias de testes de vacinas surgem como um suspiro na disputa entre diferentes países ao combate contra o vírus.

O espalhamento do SARS-coV-2, em sua marcha orientada pela desigualdade social, impulsiona o número de mortos, ultrapassando 400 por dia, o que altera de centenas para milhares o total acumulado. Além disso, subnotificações exponenciam esse número em prognósticos até nove vezes maiores. Não era só uma gripezinha. As estatísticas indicam retomada da curva de ascendência de contágio, à medida em que avança na zona rural e nas florestas (aldeia indígenas e quilombos), onde não há, historicamente, nenhuma infraestrutura, o que é relatado nos textos de Renan e Ítalo, de Cristina e de Marcos, com destaque às marcas do racismo estrutural e ao permanente genocídio que, também histórico, permitindo novamente a morte de milhares de indígenas.

Mas, "E daí?"

Para os que se preocupam, a constatação de que o avanço do vírus é tão prejudicial à economia quanto o isolamento. À medida que ele atinge o campo, aumenta ainda mais o risco do desabastecimento de alimento. O que por sua vez destrói a esperança de que tudo vai acabar bem e abre caminho para o medo da fome, da perda do emprego e do endividamento também para outras classes sociais, além da pobreza, e transforma a dúvida do futuro em desespero.

Para os que se preocupam, o silêncio da cidade amedronta.

Por que a cidade emudeceu? Cadê o som animador dos panelaços e dos aplausos?

É possível que São Paulo, a cidade que nunca dorme e que não para, se tornou uma cidade solidão, como fala Spinoza? O isolamento, não ele sozinho, mas o jogo político em torno dele, teria conseguido despolitizar o espaço público? Estaríamos nos refugiando no intimismo de nossos lares, assistindo lives e noticiários?

Não há mais o cidadão, só seguidores, plateias e telespectadores na sociedade do espetáculo, expressão criada por Guy Debort para definir uma relação social entre pessoas mediatizadas por imagens.

Caímos na desesperança, na melancolia ético-política? Abandonamos a defesa da vida? Fomos abatidos pelo ressentimento/indignação? São sentimentos que se espalham auxiliados pela imitação afetiva, expressão usada por Spinoza na "Ética III" para indicar que somos afetados pelo afeto do outro. Um processo que fortalece a política das paixões tristes, enriquecido mais ainda, por paradoxal que possa parecer, pelo imperativo do "seja feliz", do "exercite a alegria". Isto significa, nesse momento de pandemia, romper a unidade corpo/mente, pois o corpo sofre e a mente alienada desse sofrimento lhe impõe a alegria, o que a torna uma paixão má. Spinoza nos ensina que o sentimento é mau quando abafa e impede a mente de pensar sobre suas causas, mesmo quando seja um afeto alegre. Stuart Mill já falou que mais vale um Sócrates triste do que mil suínos alegres.

Estariamos bloqueando nossa capacidade de pensar e sentir?

Uma cidade, é preciso dizê-lo ainda, em que a paz é efeito da inércia dos súditos conduzido como um rebanho e formados unicamente na servidão, merece mais o nome de solidão que o de cidade. (Spinoza, Tratado Político, cap V, §4).

Será que o silêncio da cidade não está destacando, dentre tantas EMERGÊNCIAS HUMANAS que a pandemia acarreta, a necessidade da esperança/utopia para enfrentar a esperança/servil ou a (des)esperança.

[...] a medida que se imagina uma coisa como sendo possível, no futuro, imaginamos certas coisas que põem a sua existência (Spinoza, E IV, Prop 12. Dem.)

Não podemos perder a capacidade de imaginar.

Aqui, é preciso trazer o alerta feito por Vera Trevisan e Fernanda no primeiro texto deste boletim: será que não estamos jogando a criança com a água do banho? Há unanimidade quanto à covid-19 ser fruto dos maus tratos impostos pela nossa dita civilização ao planeta Terra. Correto. Mas isto não significa considerar que o ato de criação do homem, ou tudo que ele construiu no seu processo de hominização, seja ruim e que só nos resta o retorno ao bom selvagem de Rousseau. Na verdade, o perigo não é a ação criativa do homem, mas seu direcionamento perverso pelos interesses capitalistas de produção da mais valia e do valor de troca. O que o coloca diante das paixões tristes, em busca da servidão pela recompensa material.

A demonização de todas as criações humanas pode embotar a capacidade de imaginar um futuro possível, nos aprisionando ao presentismo ou ao passado. Perseverar na existência é buscar pela vida em ato, reatualizar o presente com as configurações na qual o corpo se encontra e projetar o futuro. Não podemos esquecer os avanços em termos de produção do humano genérico conquistados. A arte, a ética, a religião, a filosofia, a ciência e as máquinas que facilitam a produção de alimento.

Temos direito ao conforto, ao belo, ao lazer. A arte é uma dessas conquistas humanas, destacada por dois textos do boletim: o de Vera e Fernanda e o de Cristina.

Como nos ensina Vigotski, as emoções da arte são emoções inteligentes. Elas não distraem nossos sentimentos ou impedem a mente de pensar. Elas aguçam mente e corpo a absorver a humanidade em toda a sua experiência acumulada. A arte é a técnica social dos sentimentos. Mas ela também corre o risco de ser abafada. Cristina reflete sobre a dificuldade de produção artística na periferia em tempos de pandemia.

Não deixemos São Paulo emudecer. Que os poetas não se calem, como Elisa e Lívia, que colocam em versos suas afecções. São dolorosas palavras transformadas em poesias que tentam acalentar os corações daqueles que perderam Vanessa e dos que acreditam na potência da criação humana.

Não deixemos São Paulo emudecer. Que voltem as manifestações coletivas. A história nos mostra que a maioria das grandes mudanças ocorre quando pessoas potentes e inovadores se reúnem com outras, unidas por um objetivo comum, um sentimento de útil comum.

Esse grupo começa pequeno, mas cresce pouco a pouco até atingir a potência necessária para desencadear uma mudança. E esse sentimento não pode se enclausurar nas intimidades dos lares ou na alegria fugaz. Tem que se manifestar e tomar o espaço público.

Bader B. Sawaja
Profª. Titular da PUC-SP. Docente Permanente
do Programa de Estudos Pós-Graduados em
Psicologia Social. Líder do NEXIN.

Um vírus varre o mundo

Uma voz morde meu coração.

Esquenta a tarde quase fria de um outono na Bahia.

Como arrebentar os grilhões se estamos presos em solidões?

O invisível nos arrebata e preenche nossos exílios de dúvidas.

Até quando? Quantas mortes? Quantas vidas?

Alguma vacina contra os desesperos?

Nossos corpos colonizados não tem imunidade para o novo.

Nos acostumamos com os hábitos que nos trouxeram,

E não avançamos nem nas mazelas.

A hostilidade dos dias atravessa as espinhas.

Alguns corpos padecem vivos no isolamento.

Outros, quase não tão mortos,

Resistem a mais um ataque às suas células negras,

Periféricas, isoladas desde o aparecimento brasileiro no mundo.

Haverá emprego? Haverá comida? Haverá remédio?

O desabrochar do invisível

Nos impede de lutar pela vida ao invés de escapar da morte.

Na espiral dialética das dúvidas geradas pela doença,

Ainda nos resta uma certeza

Cantada por uma voz feminina tão infinita quanto forte:

“Cambia, todo cambia.”

Sobra-nos a irremediável utopia:

Haverá poesia após a pandemia?[1]

Lívia Maria Camilo dos Santos
É doutoranda no Programa de Psicologia Social da Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo (Brasil), com período
sanduíche na Faculdade de Letras da Universidade
de Lisboa (Portugal)

Salvador, 23 de abril de 2020.

[1] Parafrazeando Adorno em 1949, quando se perguntava se seria possível escrever poesia depois de Auschwitz.

A dimensão reflexiva da arte em tempos de coronavírus: contribuições da psicologia histórico-cultural

O espaço onde vivemos é constituído só por aquilo que vemos?
E o que não vemos e também povoa o espaço?
Como tornar visível algo invisível?
O que permanece invisível no nosso dia a dia?

(Há sempre um copo de mar para um homem navegar. 29
Bienal Set-Dez 2010 Parque Ibirapuera)

As perguntas que abrem essa proposta de reflexão compuseram o material de um dos Seis Terreiros da 29ª Bienal de Arte de São Paulo, em 2010, mas parecem caber muito bem ao momento atual, em que inúmeras indagações povoam nossos pensamentos, mobilizadas pelo desconhecimento do que nos ameaça e pela incerteza em relação ao hoje e ao futuro. De que copo de mar dispomos? Caso fosse possível navegar, provavelmente estaríamos à deriva, pois a covid-19, invisível a olho nu e inapreensível por experiências anteriores, mobiliza afetos tristes que submetem os corpos à imobilidade.

O verso do poeta Jorge de Lima, “há sempre um copo de mar para o homem navegar”, inspirou o tema da exposição daquele ano, que era a “estreita relação entre arte e política”, o que resultou na divisão do Pavilhão da Bienal em “Terreiros” que tinham cada um sua temática, proposta em forma de perguntas com o objetivo de possibilitar a interação e ação do público com as diversas formas de arte, descaracterizando a participação como mera contemplação. As perguntas referidas pertencem ao Terreiro “A pele do invisível”, que, dedicado às imagens, questionou o que vemos e o que não vemos, nos provocando a pensar também sobre o invisível. Invisível que hoje se tornou uma grande ameaça às vidas humanas, talvez a maior dos últimos tempos.

Como pode um corpo tão minúsculo, invisível a olho nu, produzir tamanho medo nas pessoas, a ponto de dominá-las e mantê-las afastadas umas das outras, fazendo-as abrir mão de sua natureza gregária? Para além do vírus não visto, o que mais não estamos vendo e o que estamos? Qual a fonte de tantos afetos tristes?

O confinamento, isolamento social ou ainda período de quarentena, adotado como medida para assegurar a saúde, nos lança, indefesos, em um mar de dúvidas e produz sentimentos que mal podemos compreender. De uma hora para outra nos vemos privados da liberdade e fadados a viver fechados em nossas casas, mergulhando na cotidianidade de nossas vidas, condição vivida de modo privilegiado por alguns e de modo precário por outros, quando não impossível a muitos que têm de lutar para continuar comendo. Ou seja, a vida cotidiana, ainda que tenha características semelhantes no que concerne ao modo de viver, é vivida de modo diferente em sociedades desiguais como a nossa. Boa parcela da população não pode se beneficiar do isolamento como forma de proteção simplesmente porque vive em espaços exíguos, por vezes junto com muitas pessoas, em habitações precárias que não contam com ventilação adequada, ou mesmo água e sabão para se lavar as mãos.

Eis um paradoxo que a vivência da pandemia põe em relevo: ela escancara a vergonhosa desigualdade social que assola o Brasil, situação conhecida por muitos, mas tornada invisível de muitas formas, visando manter interesses de poucos. E eis que o invisível, que ameaça a todos de igual modo, torna visível o modo desigual de enfrentar a ameaça – o invisível, fonte de medo e cuja consequência de sua objetivação (a doença respiratória) também objetiva as piores dores que se pode viver. Trata-se da perda de pessoas queridas sem a possibilidade da despedida. Novamente se manifesta a desigualdade no sofrimento: ele é maior para os mais pobres, os menos protegidos, aqueles a quem o Estado abandonou e a sociedade não enxerga.

E qual é o papel da psicologia, afinal? O que temos visto? O que temos buscado tornar visível?

Assistimos, todos os dias, a um movimento de produção de cartilhas, manuais, documentos orientadores, lives, entrevistas, dentre tantos materiais produzidos por associações, grupos de pesquisa e especialistas com conteúdos que vão de orientações sobre como enfrentar o isolamento a como não adoecer psicologicamente na pandemia.

Há muitas sugestões de atividades, desde aquelas que deveríamos fazer em nossas vidas cotidianas, como ler, dormir bastante, se alimentar de modo saudável, praticar exercícios físicos, se distrair com filmes e séries, até receitas de como se livrar do stress, de meditação e assim sucessivamente. Há ainda chamadas de revistas científicas para a escrita de artigos sobre o coronavírus e um número expressivo de questionários enviados por profissionais solicitando que passemos a estudantes, colegas ou mesmo que respondamos a como estamos vivendo este momento.

Frente a esse grande número de informações e demandas, temos nos perguntado: por que tanta urgência? Como saber o modo que estamos vivendo se sequer temos parado para pensar, refletir sobre essa experiência? Por que a psicologia, ciência que se dedica ao estudo e compreensão do sujeito e suas relações, por vezes nos orienta a nos ocupar, a enfrentar a angústia ou tristeza fugindo delas? Será possível enfrentar algo que não conhecemos? Ver o invisível?

Souza, Dugnani e Reis (2018) escrevendo sobre os fundamentos da psicologia da arte afirmam:

Na cotidianidade, os modos de interação entre sujeito e realidade se constituem a partir de certo nível de consciência e de intencionalidade, em que um afeta e constitui o outro de maneira dialética e permanente. Entretanto, o ritmo da vida cotidiana é marcado pelo imediatismo e pela incompletude, não oferecendo possibilidades para questionamentos e reflexões (p. 376).

Parece ser este o movimento que tem caracterizado nosso modo de viver desde que foi estabelecida a quarentena: nossa relação com a realidade ficou restrita, não encontramos na memória experiências anteriores que nos permitam imaginar o que pode ser o futuro e as informações em abundância ofuscam possibilidades de discernimento e reflexão. Então nos resta um imediatismo insuportável pela emergência de nossa incompletude e impotência, restringindo nossas possibilidades de questionamento e reflexões. Onde estão os outros além de aqui, dentro de nós? E parece que a única coisa que nos é exigida é: sobreviva, permaneça saudável.

Temos uma promessa: “vai passar”. Ainda que não se saiba como, nem quando. Poderá o medo se dissipar neste movimento? Para Spinoza (1677) não, pois só o conhecimento das causas adequadas criam potência de ação e nos liberta das paixões tristes.

Para isso, é preciso alterar o ritmo da e na vida vivida, por meio do estabelecimento de pausas que possibilitem ao sujeito exercitar seu olhar na busca do não aparente, a fim de desvelar os mistérios e as causas que fazem a realidade se apresentar tal como é. O humano-genérico não nega a cotidianidade, mas a incorpora em uma complexa rede que amalgama passado, presente e futuro, contrapondo, dialeticamente, o que se pôde ser efetivamente ao que se pode ser potencialmente, produzindo um tensionamento permanente entre o real e o ideal (p. 376-377).

O que é viver apartado das possibilidades do “nós”? O que incorporar desta vida vivida para imaginar o futuro? Uma sociedade cujo único valor é a sobrevivência; uma sociedade em permanente estado de emergência não pode ser livre, e nisso nos provoca Giorgio Agamben (2004), que problematiza as consequências de se viver permanentemente sob o estado de exceção: a liberdade inviável. Para o filósofo contemporâneo, quando se está cotidianamente preocupado em garantir a própria sobrevivência deixa-se de se importar com a garantia de direitos, como por exemplo o direito da criança e do adolescente de acesso à educação, imediatamente suspenso, sem questionamentos, a fim de que se garanta a não aglomeração e, então, a maior propagação do vírus. Não se trata aqui de defender o não isolamento ou ir contra a suspensão momentânea das atividades escolares em prol da contenção da pandemia, mas sim de refletir como a vida vivida sob condições emergenciais nos faz, quase que involuntariamente, ou ao menos, sem espaço e tempo de reflexão, abandonar qualquer horizonte conquistado no desenvolvimento histórico da humanidade. Com vistas a afastar a possibilidade de morte, abdicamos dos modos de vida conquistados até o presente momento, inclusive os pressupostos iluministas materializados na Revolução Francesa, da Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

A reflexão só emerge nas e pelas pausas quando fazemos o esforço de olhar para além do vivido de imediato, para o não visto, para o invisível. Esse esforço de enxergar o invisível requer imaginação, em um processo capaz de nos tirar da prisão do concreto, do imediato, rumo a novas significações (Vigotski, 1999). No movimento de nos levar além, ao futuro, a imaginação se enlaça ao nosso passado, em que resgatamos o desenvolvimento histórico da humanidade.

Essa vivência que favorece a reflexão requer espaço e tempo, requer o contato consigo próprio, com afecções e ideias dessas afecções derivadas da vivência da pandemia. É uma experiência de contemplação ativa, de contato íntimo, de exploração de afetos, de leitura de filósofos, de teóricos da psicologia.

Uma experiência científica, de apreciação das variadas formas de arte. Ou seja, são vivências que emergem do cotidiano - não é possível não nos inserirmos nele - e se direcionam ao humano-genérico. Vivências que não se confundem com momentos pontuais de diversão proporcionada por lives de músicas das mais diversas filiações, por filmes e séries "maratonadas", que, com a disponibilidade de tempo alcançada por alguns, passaram a fazer parte dos assuntos compartilhados nas redes virtuais.

Nossa defesa da arte se sustenta na potência que atribuímos a ela de fazer viver a emoção no sujeito mobilizada pela imaginação. Então estamos falando de psicologia da arte, ou seja, de uma possibilidade de afetar o outro fazendo-o viver algo que é seu por intermédio do expresso em determinada obra, justamente pelo caráter humano-genérico que ela sintetiza. Pensamos a arte como tendo em seu centro o sensível, enquanto síntese dos afetos humanos, com seu caráter dialético que expressa as contradições de que é feita.

Voltando à Bienal de 2010 e ao tema da arte e política, é preciso tomar a arte como promotora de potência que confronta o expectador com maneiras diversas de pensar, que rompe com consensos organizadores do mundo e da realidade e instiga o homem a criar novas formas de ser e viver.

Esta seria a dimensão política da arte, cuja potência é o próprio ato de criação do que não está dado, ou que sequer se pode imaginar - o invisível. Mesmo porque, nesse momento de pandemia, o invisível pode se apresentar enquanto o copo de mar do poeta Jorge de Lima, para que possamos navegar em meio a tanta dureza e frieza desses tempos.

Fernanda Pereira Medeiros
Doutoranda e mestre em Psicologia pela Pontifícia Universidade
Católica de Campinas/SP (PUCCAMP)

Vera Lucia Trevisan de Souza
Docente e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação Stricto
Sensu em Psicologia e do curso de graduação em psicologia
da Pontifícia Universidade Católica de Campinas

São Paulo, 27 de abril de 2020.

A cultura periférica e o isolamento social

Assim que a epidemia chegou ao Brasil o primeiro setor a fechar suas portas foi o cultural. Isso é fato notório. Todos se perguntavam em princípios de março o futuro das artes. A primeira vista, observando o senso comum, muitos dos questionamentos diziam respeito a shows, teatros, stand up comedy etc.

Para além de artistas renomados no cinema, teatro ou na música, também foi falado sobre os profissionais que trabalham nos bastidores, sejam produtores, técnicos, sonoplastas, iluminadores, montadores de palco, entre outros. São esses os que mais sentirão na pele a falta das grandes produções.

Em São Paulo, perdemos a Virada Cultural. Imaginem quantas pessoas que já contavam com esse "job" agora se veem sem perspectiva?

Há também um campo da arte que sofreu imediatamente o aperto financeiro que a pandemia trouxe, a arte produzida nas periferias. Coletivos de teatro, de saraus, slam's, escritores independentes, ocupações culturais, músicos de bares e metrô se viram da noite para o dia desassistidos.

A carência se torna dupla. A primeira sente-se no bolso, a segunda na falta que faz o público, o aplauso, a crítica e o abraço. Temos de lembrar que essa arte se faz no "tête à tête" e, ao fim, espectadores e artistas tomam a mesma cerveja. Podemos falar de uma terceira carência que acomete a todos, a reclusão e a falta de certezas em meio a tudo isso.

De um lado, o luto; do outro, a luta. Nós que pertencemos a esses coletivos sempre estamos em enfrentamento, seja na busca de políticas públicas para a cultura, seja de olho na votação do orçamento na Câmara, discutindo e criando leis de fomento ou resistindo pela manutenção de nossas ocupações culturais - espaços esses antes abandonados pelo poder público, locais de entulho e violência, revitalizados e ressignificados pelo povo para atender ao povo. Nosso jargão é "nóiz por nóiz".

Esses movimentos não são novos, mas nos últimos anos temos visto o revigoramento de suas forças, com saraus em bares, slam's nas ruas, espetáculos teatrais em locais não convencionais, ações afirmativas pela cultura negra, feminista, lgbtqia+ e muito mais. Com a pandemia, adiamos eventos, festas literárias e também questionamos como agir, o que fazer, como e o que reivindicar para amenizar os efeitos inexoráveis dessa crise. Com o Sesc, as Casas e Fábricas de Cultura fechadas, perdemos nossos cachês. Outros perderam a venda de livros e zines nos saraus e slam's, a gorjeta no metrô, e por aí vai.

Em nossas redes sociais e grupos de conversa estamos nos articulando e, já no princípio, muitos se preocuparam a respeito das necessidades básicas de sua vizinhança. Rapidamente, espaços culturais tornaram-se locais para recebimento de doações, transformadas em cestas básicas e kits de higiene. Vimos isso em toda a cidade. Na Vila Santa Inês, o grupo afro Batakerê; em Ermelino Matarazzo, o Movimento Cultural Mateus Santos (Ocupa de Ermelino) e a Casa Poética. Agrupamentos mistos, como a Rede Potências Periféricas, a Rede Apoio Humanitário nas e das Periferias, a Uneafro e o Grupo Solidariedade Coronavírus SP criaram vaquinhas virtuais e atuam em diversos bairros da cidade.

Partimos para a criação de petições online. Uma em busca de isenção de contas para músicos, promotores de eventos e equipes. Outra pedindo o afastamento pelo INSS para artistas e produtores culturais. As pautas que nos uniram foram a defesa radical do SUS e a Renda Básica da Cidadania. A sobrevivência é necessária a todos, portanto pressionamos Congresso e Senado para a aprovação da MP que deu garantia de R\$ 600,00 por três meses. Mas, como todos, constatamos na prática filas nas portas das agências e todo o tipo de empecilho para atrasar o pagamento.

Vimos que em Estados do Maranhão e Pará iniciou o credenciamento de artistas para um festival on line. Enfim, precisávamos achar novas formas de manter vivas as nossas ações. Observamos aqui em São Paulo promessas do governo do Estado para a cultura, mas não compreendiam as produções periféricas. Houve ações da Secretaria de Cultura do Município. Discutimos o edital "Cultura Presente" e seu carro chefe, com o projeto "Janelas de São Paulo", o que nos remeteu somente às janelas de condomínios de bairros da burguesia, onde o músico pode tocar de sua sacada e outras sacadas podem assisti-lo.

Aqui moramos em Cohab's, em casas de fundo apertadas, em barracos. Obviamente não queremos anulá-lo (o edital), mas somente isso não basta. Apoiamos outras iniciativas, como Projetos de Lei no Senado, na Câmara dos Deputados e de Vereadores.

Nos reunimos em ambientes virtuais com lideranças e a vereança para discutir políticas culturais na cidade, bem como com a Subcomissão de Finanças da Cultura da Câmara de Vereadores de São Paulo. Obtemos apoio para a inclusão de coletivos inscritos no cadastro nacional dos Pontos de Cultura. Dessas ações, ganhou visibilidade o PL 253/2020 da Bancada Ativista do legislativo estadual, que prevê o pagamento de um salário mínimo para trabalhadores da cultura e auxílio para espaços culturais no Estado de São Paulo.

Todo esse barulho dos movimentos culturais tem repercutido. A exemplo disso vemos que projeto "Cultura Presente" se tornou abrangente, com a abertura de editais para música, teatro e incentivo à literatura, além da abertura para credenciamento do edital "Conexão Casas de Cultura", que cria lives para a apresentação de artistas. Cabe ressaltar que as leis de fomento da prefeitura (VAI I e II e Fomento à Cultura da Periferia) autorizaram a continuidade do pagamento para grupos contemplados.

São projetos que previam oficina ou já tinham oficinas em curso. Estes estão sendo transformados em oficinas online, a partir da possibilidade e viabilidade das adaptações. Assim podemos pagar esses formadores, que devemos ressaltar aqui: também são artistas periféricos.

Ações de coletivos com projetos de fomento também redirecionaram recursos. Exemplo vem do coletivo do qual faço parte, o Slam da Guilhermina. Previmos cachês para a apresentação de convidados. Em março, teríamos o Ferréz. Em abril, Preta Rara e Pastoras do Rosário. Em maio, Sérgio Vaz. Suspendemos temporariamente as atividades, mas revertemos os cachês para premiações nos slam's virtuais que faremos nos meses seguintes, como forma de ajudar poetas menos renomados.

Sabemos que essas medidas não contemplarão a todos. É triste observar que, quando isso passar ou mesmo antes de tudo isso passar, muitos desses deixarão de lado suas vocações artísticas e terão que correr atrás do seu pão, na formalidade ou na informalidade, e ficarão sem o aplauso no final de cada ato.

Cristina Adelina de Assunção
Bacharel em História pela Fundação Santo André. Mestre em História Social pela PUC-SP. Slammaster do Slam da Guilhermina. Atriz do Coletivo Dolores Boca Aberta Mecatrônica de Artes. Membro do Bloco de Ocupações do Movimento Cultural da Periferia. Mãe e professora

São Paulo, 2 de maio de 2020.

Quilombos e terras indígenas da Amazônia em lockdown territorial

O acesso ao extremo leste do Estado do Amazonas, na Amazônia Central, onde se localizam as terras indígenas (TIs) Andirá-Marau, dos Sateré-Mawé, e Nhamundá-Mapuera, dos Hixkaryana, bem como os quilombos Boa-Fé, Ituquara, São Pedro, Santa Teresa do Matupiri e Trindade, pode se dar tanto pelo Pará quanto pelo Amazonas, por via híbrida (fluvial e terrestre). Isso faz com que o controle mesmo mínimo do trânsito de pessoas na região seja difícil, dado que se tem considerável movimentação ao menos de dois Estados em sentidos bidimensionais (leste-oeste-leste), sem falar no número de pessoas transitando a sul, do Arco do Desmatamento, e a norte, do entroncamento pré-polígono da mineração paraense. De modo que a exposição ao contágio pelo SARS-coV-2 se apresenta indiscriminada, encenando uma repetição histórica de doenças e mortes do passado.

Por causa dessa conjuntura, a coordenação do Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei) de Parintins organizou uma força-tarefa que envolveu a Fundação de Vigilância Sanitária (FVS), a Polícia Militar (PM) e a Fundação Nacional do Índio (Funai). O propósito foi montar marcos de controle, via barreira sanitária de confinamento, para acesso e decesso a espaços dominiais de indígenas e quilombolas. Foram considerados os principais rios que interligam comunidades originárias e tradicionais no Baixo Amazonas.

O lockdown territorial abrangeu igarapés e furos (braços menores de rios) do Andirá e do Marau. Com a atividade, iniciada em 13 de abril, pessoas que entram e saem desses ambientes passaram a ser monitoradas.

Entre os municípios de Parintins e Barreirinha, PM e FVS montaram guarnições na Aldeia Ponta Alegre, e em Maués, na Aldeia São Benedito. As localidades foram consideradas pontos-chave para a proteção contra a covid-19, sobretudo porque quilombos margeiam aldeias, e vice-versa, e tudo é cercania comum de trânsito.

O trabalho começou na segunda semana de abril, mas a utilização da sistemática, reconhecidamente eficaz por organizações mundiais, porém até certo ponto criticada por minorias globais, não se deu sem resistência dos comunitários amazônicos, reticentes ao lockdown e à presença de policiais e vigilantes sanitários.

De acordo com o cabo Kildary Ferreira, a PM e a equipe de segurança do Dsei passaram a orientar e fiscalizar viagens e entradas e saídas de mercadorias e pessoas. Tem havido patrulha da Polícia Militar com armas e dez fiscais, em média, entre médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem.

A situação controversa de se compreender ocorre porque indígenas e quilombolas do Baixo Amazonas só presenciaram forças coercitivas do Estado brasileiro nesse tipo de procedimento em duas fases históricas. Uma na resistência da Guerra dos Cabanos, de 1833 a 1839, quando perto de 3,5 mil amazônidas foram assassinados e feridos. Outra no começo do século XX, na luta de quilombolas e indígenas contra a exploração do “ciclo da borracha”, enfrentando jagunços, grileiros e milicianos de Itaituba/Pará.

São memórias dolorosas que, com a situação atual, vieram à tona. Todavia, tem sido feito trabalho de informação e esclarecimento, por parte do poder público e de membros das comunidades confinadas, dado que o momento histórico é outro e a razão da presença militar se deve à pandemia.

No que se refere ao amparo em termos sanitários e alimentícios, a força-tarefa tenta atender às demandas, mas há o agravante de que medicamentos e itens nutricionais, durante o lockdown, passaram a ser de responsabilidade dos comunitários, algo que já foi alvo de ambiguidade na história recente de demarcações e leis de salvaguarda. Significa que as comunidades estão tendo de providenciar profilaxias próprias no âmbito da sua farmacopeia e da comida ancestral (farinha, macaxeira, biju, cará e peixe).

O contexto está posto até que se providenciem melhores estratégias de entrega de remédios e alimentos, estas em discussão desde fim de abril.

A nosso ver, em se tratando de dois conjuntos de áreas de resguardo e preservação socioambiental (duas TIs e um espaço de marco afrodescendente), seria primordial que o Estado e o mercado se fizessem presentes para garantir a manutenção da legitimidade dos povos sobre seus territórios afetivos e de direito. Mas isso não tem ocorrido.

Sem a máquina estatal a auxiliar nas bases proteicas e de sanidade psicofísica dos amazônidas, além da educacional, é claro, seja por falta de planejamento ou em razão de problemas estruturais históricos, que concorrem para certa fragilidade no Baixo Amazonas, resta aos próprios comunitários, por fim, encontrarem estratégias que lhes sejam favoráveis.

Para sociedades originárias e tradicionais do bioma a continuidade do método de quarentena, mesmo sazonal, é o menos perigoso a fazer, haja vista a vulnerabilidade a surtos, a disfuncional resiliência em face ao lockdown efetivado na região e a necessidade de produzir para comer. Relaxar o isolamento seria desastroso. São, portanto, dimensões complexas a serem observadas. Sobre elas, o coletivo "De Olho Nos Ruralistas" identificou, inclusive, relatos atuais similares de restrições em modo de barramento territorial em áreas de pelo menos 25 etnias brasileiras, contando com as do Baixo Amazonas, o que remonta ao menos a 13 Estados do Brasil.

São ações realizadas por iniciativa de indígenas e quilombolas, além de colaboradores regionais ou locais, a exemplo do que ocorreu no ponto-nadir leste amazonense, a mostrar com objetividade que distâncias na hiléia não são apenas geográficas, mas jurídicas, de cidadania e humanitárias, e que, apesar disso, há diálogos intersetoriais.

O novo coronavírus acentuou uma realidade social dada, de domínio público, manifesta com agudez desde a redemocratização do país. Porém, destacamos o quanto foi alterada a reconfiguração das sociabilidades e das terras de influência em agrupamentos sociais de ordem étnica e racial em meio à pandemia.

Não se trata de fazer ilações acerca de eventuais mudanças drásticas em marcos e lugares já homologados. Queremos chamar atenção para a valorização das pessoas, para a geração positiva de reposicionamentos domésticos e para o engajamento dos povos amazônicos. A crise sanitária na Amazônia profunda parece ter vindo como um ato de reinício comportamental.

A falta crônica de governança socioambiental no maior bioma de floresta úmida do mundo só incentiva a indiferença de megaempresários quanto a sofrimentos que povos nativos enfrentam. O respeito a invisíveis da Amazônia e suas complexidades deveria ser reforçado em meio ao SARS-coV-2. Esperamos que a peste proporcione um novo arranque, um recomeço, a partir do qual o cuidado com o outro, de modo solidário, possa ser reconformado. É uma possibilidade em aberto. Certamente outros meios de se viver e relacionar entre as sociedades dominiais das florestanias andino-brasileiras necessitariam emergir nas terras baixas da América do Sul pós-pandêmica. Seria a transformação em curso.

Nossa expectativa é que a desconsideração pelo valor da vida de originários e tradicionais, hoje crônica e criminosa, seja repensada ao longo do período que durar a contagem dos cadáveres que o vírus nos traz.

Georgio Ítalo Ferreira de Oliveira
Negro, historiador, doutorando em Sociedade e
Cultura na Amazônia pela Ufam

Renan Albuquerque
Professor da Universidade Federal do Amazonas

Manaus, 3 de maio de 2020.

Viés racial, desigualdades e coronavírus

O combate ao racismo estrutural e às desigualdades raciais e sociais no Brasil tem sido investigado por diversos institutos de pesquisas (IBGE, IPEA). Universidades, Movimento Negro, bem como formuladores de políticas públicas (no diagnóstico e na execução) verificam ações práticas para sua redução.

Entre as diversas formas de manifestação dessas desigualdades, a por cor/raça ocupa espaço central no debate na sociedade brasileira, mostrando que grandes diferenciais raciais marcam praticamente todos os campos da vida social brasileira. Seja no que diz respeito à renda, emprego, violência, educação, habitação, saúde, entre outros.

Temos crescimento econômico, científico e tecnológico. Mas as desigualdades raciais e sociais continuam sendo uma marca da sociedade brasileira. Entende-se que essas situações de desigualdade decorrem das matrizes histórica, colonial e escravista.

Não resta dúvida de que o longo período escravista e as estruturas social, política, econômica e cultural, estabelecidas no pós-abolição, deixaram cicatrizes e consequências desastrosas na evolução dos direitos integrantes da cidadania brasileira, que perduram até a contemporaneidade. Reconhecer a existência dessa dimensão da desigualdade, que tão profundamente estrutura nossa sociedade e nosso Estado, é essencial para o enfrentamento. Reconhecer que o problema se manifesta e expressa em diferentes níveis, a partir de diversos mecanismos, é fundamental para avançarmos em direção a uma sociedade mais justa e igualitária.

A ausência reiterada do Estado, em vários casos, e a baixa qualidade dos serviços e atendimentos prestados por instituições à população negra em geral, são sinais explícitos do racismo estrutural a partir do qual essas instituições operam historicamente. Será que as ações em curso sobre as desigualdades raciais e o racismo estrutural estão de fato sendo combatidos no Brasil?

Pesquisas sobre a história das mobilizações da população negra no país contribuem para que a sociedade brasileira seja reconhecida como uma sociedade na qual o racismo estrutural e as desigualdades raciais estão presentes.

Apreende-se com Silvio Almeida[1] que nos debates sobre a questão racial podem-se encontrar variadas definições de racismo, partindo dos seguintes critérios: relação entre racismo e subjetividade, relação entre racismo e Estado, relação entre racismo e economia. Ainda segundo o autor, o racismo na concepção individualista seria um "fenômeno ético ou psicológico de caráter individual ou coletivo, atribuído a grupos isolados", ou seria um mecanismo, uma "irracionalidade" a ser combatida no campo jurídico por meio da aplicação da lei.

Por isso, segundo Almeida, "a concepção individualista pode não admitir a existência de 'racismo', mas somente de preconceito, a fim de ressaltar a natureza psicológica do fenômeno em detrimento de sua natureza política". A concepção de racismo institucional não se resume a comportamentos individuais, "mas é tratada como resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça". Contudo, "o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo 'normal' com que se constituem relações políticas, econômicas, jurídicas e familiares, não sendo patologia social e nem desarranjo institucional. O racismo é estrutural".

Quando nosso olhar recaiu sobre a pandemia do novo coronavírus, observamos que o racismo estrutural atingiu a maioria da população negra e pobre, destinatárias das consequências nefastas da pandemia. O debate que cruza as condições econômicas com a raça não dever ser invisibilizado e silenciado. A crise vem ampliando desigualdades raciais e sociais na contemporaneidade. Em particular, estudos estimam que, de cada dez trabalhadores no Brasil, oito se encontram em algum grau de risco de perda de renda e trabalho por conta da paralisia econômica gerada atualmente.

[1] ALMEIDA, Sílvio Luiz de. Racismo estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro; Polém, 2019.

Mulheres correm mais risco de perderem emprego e renda porque estão mais presentes em setores não essenciais (fortemente afetados pela covid-19). Negros, por terem vínculos empregatícios precários e informais, também estão em risco de desemprego. Assim, grande parte das mulheres negras continua sendo bastante vulnerável.

Trabalhadores informais são, homogeneamente, o segmento mais afetado no país, seguidos de trabalhadores informais de serviços pessoais de beleza. Juntos, somam quase 6 milhões de pessoas, segundo dados da Pnad de 2019.

Temos acompanhado a expansão da pandemia do coronavírus no Brasil. Hoje, 5 de maio, ao meio-dia, estão doentes 108.620 e morreram 7.367 no Brasil. Uma avaliação da semana anterior, de 26 de abril (boletim do Ministério da Saúde), indicava alta do percentual dos negros (pretos ou pardos) entre pacientes internados ou mortos por covid-19. Os dados sinalizam que permanece a disparidade no percentual de internações e mortes entre negros, o que é apontado por especialistas como indício possível de dificuldade no acesso a atendimento. Segundo dados que consideram a variável raça/cor, pardos e pretos somavam 37,4% das hospitalizações e 45,2% das mortes[2].

Chama-nos atenção o que tangencia às favelas brasileiras. Citamos como exemplo as do Rio de Janeiro, segundo o IBGE, com cerca de 1,4 milhão de pessoas, representando 22,5% da população carioca. Significa que questões habitacional, econômica e social dificultam o isolamento na periferia no país. Ou seja, é impossível se adaptar à quarentena proposta pela Organização Mundial da Saúde. As habitações são próximas umas das outras, com pouca ventilação e falta saneamento básico.

Apesar do avanço da covid-19 em periferias e comunidades carentes, além do perigo constante de contaminação e ausência acentuada do poder público, estão sendo criadas iniciativas por associações de moradores visando ações de combate à pandemia, somadas ao combate à subnotificação.

[2] [gl.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/04/28/cresce-percentual-de-pretos-e-de-pardos-entre-internados-e-mortos-por-covid-19-apontam-dados-do-ministerio.ghtml](https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/04/28/cresce-percentual-de-pretos-e-de-pardos-entre-internados-e-mortos-por-covid-19-apontam-dados-do-ministerio.ghtml)

A falta de testes em massa nas comunidades/favelas e o atendimento precário da rede de saúde em boa parte das regiões periféricas revelam uma face dramática das subnotificações[3] do SARS-coV-2. O aumento das mortes em casa, por exemplo. Contudo, a seguir, enfatizam-se algumas notas sobre dois países que tenho acompanhado de perto, para além do Brasil (Portugal e Peru).

Pesquisa sobre relações étnico-raciais, no que tange à população negra no Rio de Janeiro (Brasil) e à população afro-peruana em Lima (Peru), no contexto universitário da produção de conhecimento sobre "raça" e [anti]racismo nas esferas de política [inter]nacional do governo e das universidades públicas, integrando o projeto Politics (2017-2022), vinculado ao Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal. Desse modo, venho observando questões fundamentais para a compreensão do racismo nas sociedades contemporâneas e suas raízes históricas.

Em Portugal, reportagem do jornal O Público[4], intitulada “Novo coronavírus ainda não chegou à Cova da Moura, mas famílias já desesperam”, de 6 de abril, dá ênfase à Cova da Moura (Concelho da Amadora, Portugal). É observado que, devido ao encerramento das escolas, como medida contra a pandemia, crianças da Cova da Moura foram para casa, sobrecarregando famílias ao nível da alimentação. Elas precisam de acompanhamento para trabalhos escolares e nem sempre os pais têm possibilidade de proporcionar. Assim, associações de bairro estão a se organizar junto à comunidade de forma assistencial. Na Cova da Moura, há concentração de população afrodescendente e muitas pessoas trabalham no setor de serviços. Em Portugal, com informações do Ministério da Saúde[5], até 1 de maio focalizamos cerca de 25 mil casos confirmados e 989 óbitos, vítimas de coronavírus. Vale dizer que em Portugal não há recolha de dados étnico-raciais, o que impossibilita uma discussão sobre pandemia e população afrodescendente no país.

[3]<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2020/04/subnotificacao-falta-de-informacao-e-condicoes-precarias-aumentam-drama-da-covid-19-nas-favelas-do-rio/>

[4]<https://www.publico.pt/2020/04/06/local/noticia/covid19-novo-coronavirus-nao-chegou-cova-moura-familias-ja-desesperam-1911153>

[5] <https://covid19.min-saude.pt/>

[6] <https://www.gob.pe/coronavirus>

Nesta direção, chamou-nos atenção, no contexto da população afro-peruana, uma nota de organizações da sociedade civil, a exemplo do Centro de Desarrollo Etnico (Cedet)[7], cuja missão é contribuir para o fortalecimento da identidade étnico-cultural da comunidade afro-peruana, que solicitou ao governo atenção a sua população negra, às pessoas em extrema pobreza, bem como a povos indígenas. Foi pedida a elaboração de diretrizes específicas para indígenas e afro-peruanos. De acordo com o último censo étnico do Peru, a população autodeclarada afro-peruana é de 3,6%[8], o que faz com que, muitas vezes, a torne invisibilizada perante a sociedade.

Ao retomarmos o contexto brasileiro, outra discussão merece destaque: o debate amplo sobre a saúde da população negra, considerando seus recortes. Citamos como exemplo o relato de uma das participantes do Painel da Associação Brasileira de Saúde Coletiva[9] (Abrasco). "A escassez material é uma das principais condições do racismo que estrutura a vida das pessoas em situação de rua. Como chegar a elas e pedir para lavarem as mãos? A recomendação é máscara para todos. Todos quem?", indagou Joilda Nery, do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia.

Quando foram debatidos dados epidemiológicos e cor/raça, outra pesquisadora abordou a falta desse viés nos boletins. "Os boletins da covid-19 abordam a condição dos agravos apresentados por doenças crônicas sem detalhamentos em relação à perspectiva racial. Se olharmos índices de doenças cardíacas, diabetes ou doenças renais, encontramos desigualdade. Essas doenças, que acentuam a gravidade do coronavírus, são proeminentes na população negra", explicou Márcia Alves, da UFRJ, e técnica da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro. Outro relato evidenciou o contexto das favelas, já explicitado neste texto. Nesse sentido, acrescenta-se ao debate o discurso de uma das participantes do evento.

[7]<http://www.dcimarron.org/index.php/politica/29-seccion-politica-d-cimarron-5>

[8] <https://www.inei.gob.pe>

[9]<https://www.abrasco.org.br/site/noticias/saude-da-populacao/a-populacao-negra-nao-e-homogenea-tem-segmentos-expostos-a-diferentes-riscos-de-adoecimento-e-morte/46955/>

"É necessário parar de naturalizar o fato de que pessoas terão menos chances de se cuidar porque são pobres. É preciso lutar e criar condições para que todos possam se cuidar. Não é um olhar apenas de contenção do vírus. A pandemia nos dá oportunidade de perceber o quanto desigualdades sociais são um problema o tempo inteiro", apontou Denize Ornelas, médica e diretora da Sociedade Brasileira de Medicina da Família e Comunidade.

A pandemia assola diferentes grupos sociais, da elite aos vulneráveis: moradores de rua, de favelas e periferias, idosos, população negra, população cigana, povos indígenas, população prisional, entre tantos outros grupos minoritários. Compartilham-se as reflexões de Julvan Oliveira[10]: "historicamente, as tragédias que atingem a humanidade têm peso maior sobre grupos vulneráveis. Na sociedade brasileira, especificamente, devido a nossa história marcada por herança escravista, em que alguns ainda se comportam e pensam dentro daquele modelo colonial, há que se pensar que a vulnerabilidade atinge especialmente negros, mulheres, homossexuais e transexuais, com uma carga muito maior quando são pobres".

Marcos Antonio Batista da Silva
Doutor em Psicologia Social pela PUC-SP. Pós-doutorado pelo Centro
de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Integrante
do projeto 725402 — POLITICS — ERC-2016-COG)

Coimbra, Portugal, 5 de maio de 2020.

[10]<https://www2.ufjf.br/noticias/2020/03/20/a-vulnerabilidade-atinge-especialmente-negros-e-pobres/>

Vanessa Pupys

Fecho os olhos

Te avisto no fundo da sala

Qual a cor do seu cabelo?

Tem as cores da alegria, da indignação, da luta, do amor

Abro os olhos

A saudade aperta, marca da ausência

De não te saber presente nos dias vindouros

Algumas pessoas, colocam o corpo e esquecem da alma

Outras, colocam a alma e esquecem do corpo

Nenhum dos dois casos te cabem,

Vanessa, presente, com corpo e alma!

Não conhecíamos essa sensação

De perder uma estudante para o vírus

Faremos chover lágrimas

Quando a tempestade passar

Te celebraremos, Vanessa

Por enquanto, fica a alegria do nosso encontro

Fica a tristeza da sua partida

Para o fim do início que mal começou

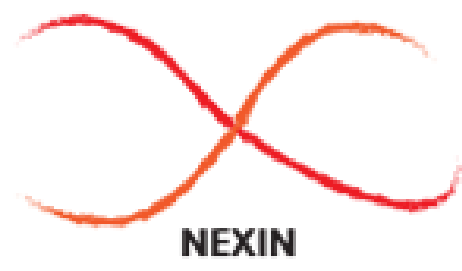
Como você diria: - Bem deusa (com todas as cores!).

Elisa Harumi Musha

Trabalhadora brasileira com descendência okinawana,
herdeira de muitas das lutas de nossas(os) antepassadas(os).

Doutoranda em Psicologia Social pela PUC-SP e
professora universitária na Faculdades Integradas de Ciências
Humanas, Saúde e Educação de Guarulhos (FG) e
na Universidade Presbiteriana Mackenzie

Boiçucanga, 27 de abril de 2020.



NEXIN